

Amagis

NA IMPRENSA

FEVEREIRO DE 2013

ESTADO DE MINAS (BH) • 4 DE JANEIRO DE 2013

JUSTIÇA

Novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros anuncia medidas para proteger juízes ameaçados por criminosos. Nesses casos, as sentenças serão dadas por colegiados

Por segurança nos fóruns

DANIEL CAMARGOS

A principal bandeira do desembargador Herbert Carneiro, empossado ontem presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), é aumentar a segurança dos magistrados. "Vamos começar em Minas Gerais um movimento pela segurança. Trata-se da possibilidade, em situações pontuais, de quando o juiz se sentir ameaçado por organizações criminosas ser formado um colegiado de três magistrados para elaborar a sentença", explica Carneiro.

A medida visa desvincular a decisão de um único juiz, dividindo a responsabilidade, e, dessa maneira, reduzir a possibilidade de pressões e ameaças diretas. Carneiro explica que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM) foi o primeiro a publicar a resolução regulamentando a Lei Federal 12.964, do ano passado, que permite o julgamento colegiado. O presidente da Amagis é membro da 4ª Câmara Criminal do TJ e fez parte da comissão que criou a regulamentação.

De acordo com Carneiro, as comarcas serão divididas em regionais para facilitar o trânsito dos juízes, que serão escolhidos para formar o colegiado quando atuarem na mesma região. "A lei prevê utilização de tecnologia, como videoconferência, mas os fóruns não estão preparados", afirma. Em Minas, apenas cinco das 296 comarcas contam com essa tecnologia: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Governador Valadares e Varginha.

Ano passado, 57 casos de ameaças contra juízes do estado foram acompanhados pelo gabinete de segurança institucional do TJMG. Minas tem 1.313 juízes e 127 desembargadores na ativa. Em todo

o Brasil foram mais de 150 juízes ameaçados em 2012. O modelo é inspirado em experiências internacionais, como ocorre no Peru e na Colômbia. Porém, tem uma diferença do modelo italiano, que teve sucesso no combate a máfia, onde o juiz é essencialmente "sem rosto". A Constituição brasileira garante ao réu o direito de saber quem julga o processo.

Além dos colegiados, Carneiro quer ampliar a segurança nos fóruns. De acordo com o cálculo da Amagis, apenas 25% deles contam com o aparato de segurança necessário como guardas, alarmes e detector de metais. "A lei de organização judiciária trata genericamente desse tema", diz Carneiro. O ideal, segundo ele, é que houvesse um orçamento específico para esse fim. A Amagis está fazendo um levantamento de qual seria o custo para equipar os fóruns com equipamentos de segurança.

PERFIL Herbert Carneiro é professor e presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e vice-presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas, ambos do Ministério da Justiça, além de desembargador da 4ª Câmara Criminal.

GADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS



Herbert Carneiro destacou no discurso o julgamento colegiado

A principal bandeira do desembargador Herbert Carneiro, empossado ontem presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), é aumentar a segurança dos magistrados. "Vamos começar em Minas Gerais um movimento pela segurança. Trata-se da possibilidade, em situações pontuais, de quando o juiz se sentir ameaçado por organizações criminosas ser formado um colegiado de três magistrados para elaborar a sentença", explica Carneiro.

ESTADO DE MINAS (BH) • 4 DE JANEIRO DE 2013

ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

JUDICIÁRIO

Segurança de juízes mineiros será ampliada

Medidas de proteção, segundo o novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, incluem julgamentos colegiados em situação de risco e reforço na segurança dos fóruns.

PÁGINA 5

06 | Belo Horizonte, sexta-feira, 4.1.2013
HOJEEMDIA

Política

hojeemdia.com.br

Carneiro luta por segurança para os juízes

► Novo presidente da Amagis defende medidas que coibam as ameaças e o risco aos magistrados

Patricia Scofield
pscofield@hojeemdia.com.br

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) para o triênio 2013/2015, Herbert Carneiro, anunciou, ontem, ao tomar posse, que somará esforços para aumentar a segurança dos juízes, principalmente os que trabalham na área penal.

O magistrado pretende incentivar o julgamento colegiado, que será feito em conjunto por três juízes, além de articular junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e com a Assembleia Legislativa (ALMG) a elaboração de um projeto de lei que especifique as condições de segurança nos fóruns, com previsão orçamentária própria.

"Estamos fazendo o levantamento dos custos, que são enormes. Possivelmente, a lei terá que estabelecer critérios de prioridade de comarcas", observa o novo presidente da Amagis.

Outra medida será o incentivo do uso de videoconferências durante o processo judicial.



REINATO COBUCCI

OPINIÃO - Herbert Carneiro, ao tomar posse, defendeu a utilização do processo eletrônico no Judiciário

"Setenta e cinco por cento das 296 comarcas do Estado não têm nenhum tipo de segurança - guardas, alarme, detector de metais, câmeras de vigilância", diz Herbert Carneiro

"Setenta e cinco por cento das 296 comarcas do Estado não têm mesmo nenhum tipo de segurança - guardas, alarme, detector de metais, câmeras de vigilância. A vulnerabilidade é total, colocando em risco os juízes e as pessoas que frequentam o

fórum", afirma Carneiro. Somente em Minas, em 2012, 57 juízes e desembargadores foram ameaçados, de acordo com a Amagis e com o Conselho de Segurança Institucional do TJMG. A maioria dos casos se deu na área penal.

Em relação ao colegiado, o novo presidente da Amagis diz que a medida poderá contribuir para dar maior "desenvoltura" e "independência funcional" para o magistrado realizar o trabalho, preservando a integridade física desde o momento da denúncia. Os membros do colegiado serão escolhidos a partir de um sorteio eletrônico, respeitada a divisão por regionalização feita pela Corregedoria de Justiça.

"Não é um modelo de juiz totalmente 'sem rosto'. Vai para o processo a cópia da sentença sem a assinatura dos três juízes, mas a parte terá direito de saber quem foram os magistrados", acrescenta Carneiro.

Desde a edição da lei federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012, pela presidente Dilma Rousseff (PT), não há notícias de juízes que acionaram o recurso do julgamento colegiado, segundo a Amagis.

VIDEOCONFERÊNCIA

Em Minas Gerais, hoje, o Tribunal de Justiça de Minas tem apenas cinco pontos de videoconferência: Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares e Varginha. "Tem uma meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para utilizar o máximo que puder, até o final de 2014, o processo eletrônico e a videoconferência. Mas os tribunais precisam de recursos, há uma dificuldade de orçamento", conta Carneiro. •



Desembargador Herbert Carneiro concede entrevistas no dia da posse

O TEMPO (BH) • 5 DE JANEIRO DE 2013

Cidades O TEMPO Belo Horizonte
SÁBADO, 5 DE JANEIRO DE 2013 23

ÉLDER MARTINHO  COM FÁBIUS ALVIM elder.martinho@otempo.com.br

Amagis

O presidente eleito da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, tomou posse anteontem e anunciou medidas contra a falta de segurança dos fóruns e dos juizes, especialmente, os da área criminal. Numa parceria com a Amagis, as medidas serão adotadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e são baseadas no modelo do "juiz sem rosto", já aplicadas com sucesso na Colômbia. Herbert Carneiro é desembargador do TJMG e participou da elaboração das novas medidas que fazem de Minas o primeiro Estado a regulamentar o "Juizado Colegiado Criminal".

ESTADO DE MINAS (BH) • 5 DE JANEIRO DE 2013

ESTADO DE MINAS • SÁBADO, 5 DE JANEIRO DE 2013

CULTURA

 **MÁRIO FONTANA**
>>mario.fontana@uai.com.br

AMAGIS

POSSE ADMINISTRATIVA

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, tomou posse administrativa do cargo em solenidade realizada quinta-feira, na sede da entidade. Recebeu o comando da instituição do juiz Bruno Terra Dias. A posse solene está marcada para março, no auditório do Tribunal do Júri do Fórum Lafayette. Além de magistrados, prestigiaram o evento o vice-governador Alberto Pinto Coelho e Danilo de Castro, secretário de Estado de Governo.

ESTADO DE MINAS (BH) • 6 DE JANEIRO DE 2013

ESTADO DE MINAS • DOMINGO, 6 DE JANEIRO DE 2013

CULTURA

 **MÁRIO FONTANA**
>>mario.fontana@uai.com.br

MAGISTRATURA

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

O incremento das medidas de proteção a juizes e desembargadores solicitado pelo novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, em seu discurso de posse, deve contar com o apoio do governador Antonio Anastasia, figura ligada à classe. Ano passado, advertiu Carneiro, 57 magistrados sofreram ameaças de morte. Alguns deles já vêm sendo protegidos por escoltas armadas. Fala-se em pedidos de aposentadoria antecipada devido à violência das ameaças, que podem ser estendidas a membros da família do juiz ou desembargador. Com a regulamentação dessa proteção, Minas será o primeiro estado a oficializar a medida.

JUDICIÁRIO

Amagis vai priorizar segurança

Entidade propõe uma parceria com o TJMG baseada no modelo "juiz sem rosto"

APARECIDA LIRA

No ano passado, 57 juízes e desembargadores de Minas receberam ameaças por atitudes relacionadas ao exercício de suas funções, risco que é muito mais comum entre aqueles que lidam na área criminal. Além disso, nas 296 comarcas do Estado, 75% não possuem qualquer tipo de aparato de segurança, como câmeras de vídeo, vigilantes, alarme ou detectores de metal. Os dados foram divulgados pelo desembargador Herbert Carneiro, da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que tomou posse ontem na presidência da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) com a determinação de lutar para reverter este quadro. A proposta — uma parceria entre o TJMG e a Amagis — é baseada no modelo do "juiz sem rosto", medida adotada com sucesso em países como

Colômbia e Peru.

A principal mudança, baseada na Resolução 706/2012 do TJMG, é a instituição do julgamento colegiado, em primeira instância, para crimes praticados por organizações criminosas. O funcionamento é simples. Quando um juiz se sente inseguro ou recebe ameaças, ele pede auxílio a outros magistrados. O TJMG, então, designa mais dois juízes para atuarem no caso. Juntos, eles formam um colegiado para tomar as decisões. O processo não vem com a assinatura de nenhum deles, embora, no Brasil, o réu tenha o direito de saber o nome do juiz que irá julgá-lo. "Aqui o juiz terá rosto, mas conduzirá o processo com muito mais segurança", afirma Herbert Carneiro.

A Resolução 706, que institui o Juizado Colegiado Criminal em Minas Gerais, regulamenta a Lei Federal 12.694/2012, que estabelece o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de crimes praticados por organizações criminosas. Até o momento, nenhum magistrado mineiro recorreu a

este expediente, embora esta possibilidade já esteja aberta.

Videoconferência — Os membros do colegiado podem se reunir pessoalmente ou através de videoconferências, recurso que em Minas fica comprometido em função da estrutura precária dos fóruns. É que no Estado s o m e n t e cinco cidades possuem tecnologia para realizar videoconferências: Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Governador Valadares e Varginha. Entretanto, segundo o presidente da

Amagis, existe uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para que até o final de 2014 estejam disponíveis todos os recursos tecnológicos necessários para a realização de julgamentos virtuais na Justiça Penal. Minas, segundo o desembargador, será o primeiro Estado do país a regulamentar o chamado Juizado

Colegiado Criminal.

Em relação aos fóruns, a Amagis está elaborando um projeto de lei que propõe a inclusão de recursos no orçamento do TJMG para dar início ao processo que tem como objetivo garantir segurança para magistrados e jurisdicionados. "Precisaremos de uma lei porque os recursos devem vir do orçamento do Tribunal de Justiça, e não serão poucos", afirma o presidente da Amagis. Não foi feito ainda um cálculo do montante necessário. Mas a partir da lei, Minas pretende levar a proposta para o restante do país, para definir nacionalmente como será feita a segurança dos fóruns e dos juízes. "Queremos subsidiar uma discussão nacional", adianta Carneiro.

A Amagis está elaborando um projeto de lei que propõe a inclusão de recursos no orçamento do TJMG para garantir segurança para magistrados



*BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

EM DIA COM A POLÍTICA

Juiz sem rosto

O novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, que toma posse hoje, vai anunciar novas medidas de segurança para os juízes, principalmente da área criminal, que serão adotadas em parceria com o Tribunal de Justiça. Elas serão baseadas no modelo do "juiz sem rosto", ou seja, as sentenças da área criminal não serão mais assinadas por só um juiz, mas por um colegiado.

Editor: Alex Capella
acapella@hojeemdia.com.br

POLÍTICA

Segurança para os fóruns

O presidente eleito da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, toma posse hoje, quando anunciará medidas contra a falta de segurança nos fóruns e contra juízes, especialmente, os da área criminal. Numa parceria com a Amagis, as medidas serão adotadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e são baseadas no modelo do "juiz sem rosto", já aplicadas com sucesso na Colômbia e no Peru. Em Minas, 57 juízes e desembargadores receberam ameaças em 2012, uma média de 4,75/mês, de acordo com o TJMG.



Novo presidente da Amagis quer valorização dos juízes

A união da classe e a valorização dos juízes mineiros foi a tônica do discurso de posse do novo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, que aconteceu última quinta-feira (3/1). Ele substitui no cargo o juiz Bruno Terra.

Herbert Carneiro disse que seu primeiro compromisso é com a defesa intransigente dos direitos, da independência, da segurança e da saúde dos magistrados. Para tanto, ele afirmou que a diretoria foi composta por colegas que conhecem e vivem a magistratura e são dedicados às suas causas.

"Haveremos de lutar sempre, de maneira compartilhada, com diálogo e entendimento na busca de nossos objetivos comuns", disse o novo presidente, complementando que a construção das conquistas deve ser permanente e coletiva para ser legítima e vitoriosa.

Para a gestão que se inicia, um dos pontos de trabalho destacados por Herbert Carneiro foi a questão do reajuste dos subsídios. "Nenhuma outra categoria está há sete anos com os salários congelados. Não reivindicamos reajuste, mas tão somente a reposição das perdas, que, no período, ultrapassam os 30% de defasagem. Isso é direito constitucional e não deve ser tratado como favor ou meio de troca", afirmou.

O vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, presente ao evento, declarou que acompanha de perto e sabe da importância do trabalho desenvolvido pela Amagis, no sentido de defender os interesses da magistratura. "A diretoria empossada, tendo à frente o desembargador Herbert Carneiro, está credenciada para fazer valer a importância da magistratura mineira e obter novas conquistas", afirmou Alberto Pinto Coelho, destacando a relevância da correção dos subsídios e da melhoria das condições de trabalho dos magistrados, denominados por ele como sacerdotes da paz e da justiça social.

Para a vice-presidente administrativa da Amagis, Luzia Divina de Paula Peixoto, o momento é de união de toda a magistratura mineira, uma vez que os propósitos são comuns à classe, e, segundo ela, neste ano será votada a Lei de Organização e Divisão Judiciária, e a Lei Orgânica da Magistratura Nacional também deverá entrar na pauta.

Além da posse da nova diretoria, durante a sessão administrativa também foram eleitos como presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Deliberativo da Amagis o juiz José Aluísio Neves da Silva, o juiz José Roberto Sterse e o juiz Antônio Carlos Parreira, respectivamente. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Amagis.*

AMB (SITE) • 7 DE JANEIRO DE 2013

Amagis-MG
07.01.2013 11:42**Herbert Carneiro toma posse na Amagis-MG**

Ampliar

União e valorização dos juízes mineiros. Essa foi a tônica do discurso de posse do novo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, que aconteceu na última quinta-feira (3) na sede da Associação, em Belo Horizonte.

A diretoria eleita para o triênio 2013-2015 foi empossada em sessão administrativa que contou com a presença de diversas autoridades do Judiciário, além do vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, e do secretário de Estado, Danilo de Castro. A posse solene acontecerá em março.

Herbert Carneiro disse que seu primeiro compromisso é com a defesa intransigente dos direitos, da independência, da segurança e da saúde dos magistrados. Para tanto, ele salientou que a diretoria foi composta por valorosos colegas, que conhecem e vivem a magistratura e são dedicados às suas causas.

“Haveremos de lutar sempre, de maneira compartilhada, com diálogo e entendimento na busca de nossos objetivos comuns”, disse o novo presidente, complementando que a construção das conquistas deve ser permanente e coletiva para ser legítima e vitoriosa.

Para a gestão que se inicia, um dos pontos de trabalho destacados por Herbert Carneiro foi a questão do reajuste dos subsídios. “Nenhuma outra categoria está há sete anos com os salários congelados. Não reivindicamos reajuste, mas tão somente a reposição das perdas, que, no período, ultrapassam os 30% de defasagem. Isso é direito constitucional e não deve ser tratado como favor ou meio de troca”, afirmou.

Herbert Carneiro fez um registro de reconhecimento ao ex-presidente Bruno Terra, que deixa a Amagis após três anos de mandato. “Sua correta, equilibrada e continuada gestão de um modelo e projeto que mantém, de maneira construtiva e eficiente, nossa Associação no cumprimento fiel de sua missão maior: a defesa intransigente dos interesses associativos dos juízes mineiros”, disse Herbert Carneiro, que também agradeceu o apoio incondicional recebido de sua família.

O vice-governador de Minas Gerais declarou que acompanha de perto e sabe da importância do trabalho desenvolvido pela Amagis, no sentido de defender os interesses da magistratura. “A diretoria empossada, tendo à frente o desembargador Herbert Carneiro, está credenciada para fazer valer a importância da magistratura mineira e obter novas conquistas”, afirmou Alberto Pinto Coelho, destacando ainda a relevância da correção dos subsídios e da melhoria das condições de trabalho dos magistrados, denominados por ele como sacerdotes da paz e da justiça social.

Bruno Terra externou a satisfação de presidir a Amagis nos três últimos anos e agradeceu a todos que participaram dos trabalhos nesse período. “Sempre tivemos o compromisso de cada um com o seu sucessor de entregar a Amagis administrativamente bem posicionada, politicamente reconhecida, financeiramente em condições de arcar com os compromissos que serão assumidos pela próxima administração. Tenho a felicidade de ver que hoje, muito mais que um patrimônio da magistratura, a Amagis se insere no âmbito da política maiúscula”, afirmou Bruno Terra.

MINAS GERAIS (BH) • 10 DE JANEIRO DE 2013

JUSTIÇA

MINAS GERAIS QUINTA-FEIRA, 10 DE JANEIRO DE 2013 - 7

Desembargador toma posse na Amagis

Herbert Carneiro é o novo presidente da entidade para o triênio 2013-2015

O desembargador Herbert Carneiro tomou posse como presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) para o triênio 2013-2015, no último dia 3. A solenidade aconteceu em sessão administrativa que contou com a presença do vice-governador, Alberto Pinto Coelho; do secretário de Estado, Danilo de Castro; e de autoridades do Judiciário. A posse solene será em março. Toda a diretoria eleita para o triênio 2013-2015 foi empossada.

“Haveremos de lutar sempre, de maneira compartilhada, com diálogo e entendimento na busca de nossos objetivos comuns”

Em seu discurso, o desembargador Herbert Carneiro afirmou que a nova diretoria da Amagis é composta por valorosos colegas,

O desembargador Herbert Carneiro ao lado do vice-governador Alberto Pinto Coelho e do secretário de Estado, Danilo de Castro



que conhecem e vivem a magistratura e são dedicados às suas causas. “Haveremos de lutar sempre, de maneira compartilhada, com diálogo e entendimento na busca de nossos objetivos comuns”, disse o novo presidente. Ainda durante a sessão adminis-

trativa foram eleitos o presidente, o vice-presidente e o secretário do conselho deliberativo da Amagis: os juízes José Aluísio Neves da Silva, José Roberto Sterse e Antônio Carlos Parreira, respectivamente.

DIRETORIA - Foram eleitos

ainda para a diretoria da Amagis: os juízes Luzia Divina de Paula Peixoto (vice-presidente administrativa); Luiz Carlos Rezende e Santos (vice-presidente financeiro); Maurício Torres Soares (vice-presidente de saúde); Ivone Campos Guillarducci Cerqueira (vice-presidente de inter-

rior); desembargadores Tiago Pinto (vice-presidente sociocultural-esportivo); Tibagy Salles Oliveira (vice-presidente de aposentados e pensionistas); juiz Monvan Rabêlo Torres Soares (diretor secretário); e a juíza Maria das Graças Rocha Santos (subdiretora secretária).

DIREITO HOJE

Valores da democracia e da Justiça

COLABORADOR
HERBERT CARNEIRO

opinio@hojeemdia.com.br

Qual é o valor da democracia em uma sociedade? Qual é o valor do reconhecimento de um direito? Qual é o valor de uma decisão judicial quando todos os outros poderes e órgãos falharam ou se omitiram? Qual é o valor de uma vida garantida por uma sentença judicial?

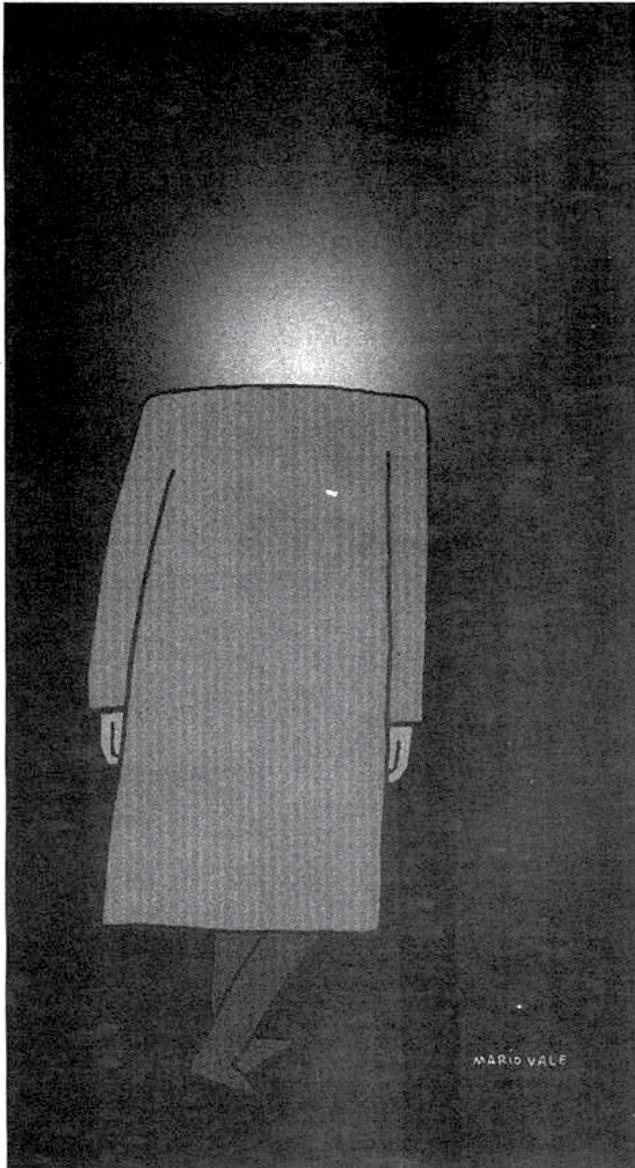
As decisões do Judiciário provocam mudanças na vida de cada brasileiro ao definir o perfil de benefícios previdenciários, os limites para a cobrança de tributos e o contorno das liberdades civis. Em quase tudo, em quaisquer conflitos deste país, se pede a palavra ou o pronunciamento do magistrado.

Antes distanciado, hoje, o juiz é um agente político de transformação social, porque suas decisões provocam impactos relevantes sobre as instituições e a vida do cidadão e da sociedade como um todo.

Os brasileiros precisam da justiça todos os dias, e o Brasil precisa de um judiciário de cabeça erguida e independente, pois, só assim, prevalece o estado democrático de direito. Esse é valor da própria justiça, é o valor do magistrado; acima de tudo, é o valor da cidadania. Temos quer ter consciência disso, e a sociedade também precisa saber.

Hoje, a maior fatia de processos, em todo o país, é de responsabilidade das Justças estaduais, que responderam, em 2011, por 78% do volume movimentado, cerca de 70 milhões de ações, das quais 2,2 milhões em Minas. No mesmo período, o número de novos casos abertos nos tribunais estaduais cresceu 7%. Foram proferidas 23,7 milhões de sentenças e decisões, das quais 1,6 milhão em Minas.

É um quadro de grandes dificuldades e um imenso desafio do qual faremos a razão cotidiana de nossa luta e empenho, em busca de conquistas, entre elas um Judiciário independente e forte, com autonomia orçamentária e administra-



tiva, remuneração compatível com o nível de responsabilidade exigido e adequadas condições de trabalho e segurança.

Em tempos de pós-modernidade, nós, gestores, haveremos de ter uma visão ampliada do contexto social e político no qual estamos inseridos e – valendo-nos, especialmente, das lições do mestre Amartya Sen, em sua festejada obra “A ideia de Justiça”, quando foca a justiça e o mundo – colocar em prática a nossa disposição para o debate

aberto e franco de nossas ideias e pretensões.

Somente assim, construiremos a nossa democracia interna, parcela importante de contribuição para nos legitimarmos à participação no processo de construção da almejada democracia global. Os juizes são os artífices maiores da construção da justiça e da paz social.

Nunca é demais reafirmar que não há como conceber um regime democrático sem uma imprensa livre e sem um judiciário forte e independente, espe-

cialmente nesse momento, quando ressurgem tentativas de controle e regulação da mídia, como acontece na Argentina, e de violação dos direitos dos magistrados, consagrados na Constituição da República, a exemplo do que acontece no Brasil de hoje.

O Judiciário precisa ser forte, não para sobrepujar os demais poderes, mas para proteger a independência que lhe é inerente e não deixá-la à mercê de caprichos políticos de ocasião.

(*) Presidente da Amagis

ENTREVISTA

"Não há verba específica para garantir segurança de juízes"

Desembargador fala de temas polêmicos, como a PEC que restringe o poder de investigação do Ministério Público, e nega que os magistrados tenham penduricalhos em seus salários. Como presidente da Amagis, ele denuncia a vulnerabilidade dos fóruns.

O senhor tomou posse com a bandeira de garantir mais segurança para os juízes. Qual é o cenário em Minas em termos de vulnerabilidade dos magistrados?

Em 2012, nós tivemos 57 situações de risco envolvendo juízes, sendo que 21 foram diretamente ameaçados em razão da atividade. Essa é uma situação. A outra é a vulnerabilidade dos fóruns. Nós temos 296 comarcas em Minas. Eu te garanto que 70% delas não têm sequer a mínima segurança, como controle de entrada e saída de pessoas, de objetos, ou mesmo câmeras. Então, essa é a situação de vulnerabilidade dos fóruns que nós estamos denunciando, no sentido de cobrar das autoridades e exigir do Tribunal de Justiça uma política mais enérgica, mais planejada, mais comprometida com essa segurança.

FOTO: BRUNO GONTIJO/AMAGIS



Hebert Carneiro, presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais

Falta orçamento para investir em segurança nos fóruns e para os juízes?

Realmente, nós não temos uma lei que determine um aporte X para a segurança dos fóruns e dos juízes. E é preciso. Quando nós estamos tratando de melhorar a qualidade estrutural, física, dos fóruns, há previsão no orçamento. Para a segurança dos fóruns e dos operadores do direito, não tem. Há um deslocamento de recursos de uma área ou de outra para o enfrentamento dessa situação. O que nós estamos pedindo é exatamente que haja a discussão de uma lei específica.

Os juízes do interior geralmente têm sobrecarga de trabalho. O que fazer para aliviar o trabalho?

O TJ tem conhecimento - é um trabalho permanente de fiscalização e de apuração não só da produtividade dos juízes, da estrutura das comarcas, mas, também, o próprio CNJ (Conselho Nacional de Justiça) cobra essas informações, não só do tribunal, mas, também, dos juízes.

Há controle da situação, então...

Hoje, todo juiz, mensalmente, tem que mandar para o CNJ dados minuciosos sobre a atuação dele no dia a dia, sobre a estrutura que ele tem à disposição. O CNJ está formando um banco de dados com um retrato mais fiel possível da realidade do Judiciário brasileiro.

Daqui a pouco, se você acionar o site do CNJ e perguntar: "Eu quero saber a estrutura do fórum de Jacinto, a 800 km de BH", eles vão dizer: "O fórum lá realmente tem uma situação precária, não tem computador, o número de servidores não satisfaz, tem um juiz e a demanda é crescente".

E é possível resolver todos os gargalos?

O TJ prioriza algumas situações porque não tem condições, do ponto de vista orçamentário e financeiro, de resolver todos os problemas. Ainda hoje, o presidente do TJ nos relatou duas comarcas que vão demandar ação imediata: Vespasiano e Itabira. A ação do administrador hoje é, inclusive, uma ação de criatividade. Ele tem que priorizar aquilo que é mais grave e que tem que ser enfrentado de maneira mais imediata.

Como o senhor analisa a PEC 37, que está tramitando no Congresso, que esvazia o poder de investigação do Ministério Público?

Primeiro, eu não vejo como o esvaziamento de uma atuação do MP (Ministério Público). É lógico que o MP, com a PEC, perde principalmente a legitimidade, a titularidade das investigações criminais. Mas, na minha concepção, o modelo ideal seria o modelo em que, naturalmente, a polícia e a polícia judiciária tivessem o papel investigativo, sim, uma fiscalização mais intensa e mais próxima do MP. Seria um meio-termo.

Mas a atuação do MP prejudica as investigações?

Eu, pelo menos, já enfrentei situações em julgamento em que o MP conduziu a investigação todinha sem a mínima participação da polícia. E, lá na frente, levou o processo penal adiante. Eu penso que o MP, com a titularidade exclusiva da investigação, até pela estrutura que tem, não tem condições, hoje, de açambarcar a investigação da criminalidade como um todo. Dizer que vai fazer uma seleção da criminalidade para legitimar a investigação não é bom, pois a criminalidade tem que ser investigada de maneira geral. O MP vai investigar só os crimes contra prefeitos. E os outros? É complicado. (É preciso) fortalecer, sim, a atuação do MP, mas numa conjugação de ações com a polícia judiciária, que é constitucionalmente incumbida disso.

A criação do Tribunal Regional Federal (TRF) em Minas é uma boa notícia?

Se considerarmos que 70% da demanda que está aportada no TRF-1 (TRF da 1ª Região) vem de Minas, acho que é uma boa iniciativa, e temos que brigar por ela. Até pela pujança do Estado de Minas, pela representatividade política que tem e pela própria demanda, pois é dispendioso. Ter um TRF em Minas facilitaria a vida dos jurisdicionados, dos advogados e dos juizes para que a Justiça seja mais célere para os mineiros.

Como o senhor avalia os holofotes voltados para o Judiciário, como, por exemplo, no julgamento do mensalão, transmitido ao vivo, inclusive pelas redes sociais?

Por um lado, a publicização dos atos da Justiça tem seu benefício, sim. Eu vejo que, hoje, esse acesso que se tem ao que se passa no âmbito da Justiça é positivo, pois garante mais transparência e possibilidade de o cidadão conhecer como funciona a máquina da Justiça. Por outro lado, quando se exploram aspectos de natureza do próprio posicionamento de um julgador, às vezes, sem o conhecimento técnico necessário, se fazem considerações sobre esse posicionamento. Isso, de certa forma, coloca em risco a eficácia das decisões. No mensalão, por exemplo, eu tenho certeza de que o Brasil inteiro teve a consciência do que se passou como um todo. Mas, na publicização de determinadas decisões de natureza do processo, a sociedade não entendeu, porque não foi devidamente informada sobre o que se decidiu, e, às vezes, formou-se um juízo precipitado e equivocado sobre a atuação da Justiça.

Existe uma crítica grande, principalmente após a gestão da ministra Eliana Calmon à frente da corregedoria do CNJ, em relação ao contracheque dos magistrados, com os chamados penduricalhos. O senhor acha que os desembargadores recebem benefícios demais?

Definitivamente, não. Primeiro, nossos salários, hoje, não têm mais penduricalhos. Estamos todos sob um teto salarial, que é ditado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Ninguém mais ganha, em qualquer tribunal deste país, mais do que ganha um ministro do STF. Nós estávamos, há praticamente sete anos, sem sequer reposição do índice inflacionário. Só agora a presidente sancionou uma lei fazendo uma reposição de 15,7% em três parcelas, mas o índice de 2006, até agora, é mais de 30%. Ou seja, não tivemos sequer a reposição.

Então, não há extras nos salários dos magistrados?

Não existem mais penduricalhos. A única atividade extra que um juiz pode exercer para ganhar acima do teto é a de professor. Retirando-se o Imposto de Renda e o plano de saúde... ganhamos razoavelmente para viver com dignidade. A Constituição Federal fala que é prerrogativa do STF encaminhar proposta orçamentária à Presidência e ao Congresso, inclusive sobre seus vencimentos. Nós estamos sujeitos a vencimentos impostos pela Presidência. Isso é um flagrante descumprimento da Constituição. Se você disser, nesse contexto todo, que o Judiciário é privilegiado em termos de salário, eu digo: nós recebemos dignamente valores que dão, sim, para viver, dentro do padrão brasileiro, uma vida razoável, mas não ganhamos somas astronômicas, não temos penduricalhos em nossos vencimentos. Da parte do Supremo, não sei qual posição ele vai tomar, se vai aguardar 2016 para o próximo presidente da Corte tomar a iniciativa de fazer proposta de reposição salarial ou se vai, a partir de agora, se insurgir.

Correção no Judiciário desrespeita a razão e a Constituição

Ao sancionar a correção monetária dos subsídios dos ministros do STF e, por vinculação, de toda a magistratura, o Executivo perdeu a oportunidade de corrigir a sistemática e frequente atitude de seu governo de desestimar os fundamentos republicanos, à Constituição, às leis e à independência dos poderes.

Numa atitude desarrazoada, como já havia anotado o ex-presidente do STF Cezar Peluso, o Executivo atual trata o Legislativo e o Judiciário como se seus anexos fossem, subtraindo e atropelando, de ambos, as prerrogativas e principais razões constitucionais de sua existência e coexistência.

Faz tudo, por meio de uma maioria indolente, para transformar o Congresso em carimbador de medidas provisórias e de milhares de vetos presidenciais. Ignora a independência e autonomia do Judiciário ao suprimir sua proposta orçamentária do Orçamento que deveria ser de toda a União.

Dizem por lá que os meios justificam os fins como se estes fossem o objetivo maior e que teriam como meta a aprovação popular. Desprezar as diferenças e os papéis de cada um dos poderes é duvidar dos princípios maiores da Carta Magna e da própria democracia. Em vez de fazer de conta, reconhecê-los é fundamental para a reafirmação do estado de direito, que é o pilar do desenvolvimento humano, social, institucional, político e econômico.

O excesso de MPs confirma, por exemplo, a tendência de controle hegemônico sobre a agenda do Legislativo, numa espécie de cesarismo governamental, como já disse o ministro e decano do STF, Celso de Mello. Não bastassem as MPs, ainda travam o Congresso outros 3 mil vetos, que, em dezembro, im-

pediram até a votação do Orçamento 2013.

Tudo configura um quadro sombrio, de nítida ameaça à normalidade institucional, o que não é bom para a democracia e para o próprio estado de direito, razão pela qual a magistratura brasileira está inquieta.

Quando se implantou, por exemplo, o sistema de recomposição monetária dos subsídios dos magistrados, em 2005, buscava-se impedir o seu achatamento, de modo a preservar a irredutibilidade dos vencimentos, que é cânone constitucional intangível.

Nos últimos sete anos, o índice de inflação oficial (IPCA) atingiu 35,92%, período no qual os subsídios da Magistratura receberam tão somente, em 2009/2010, a correção de 8,88%, e, agora, de mais 15,88%, em três parcelas anuais de 5,25% (2013 a 2015).

Diferentemente de qualquer outra categoria profissional, seja do serviço público, seja do setor privado, que obtiveram ganhos reais ou, no mínimo, a recomposição dos índices de inflação, os membros do Judiciário não têm uma política remuneratória que dê efetividade ao comando constitucional da revisão anual de seus subsídios, respeitado o comando do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Mais grave do que a perda monetária é um dos poderes se colocar acima da Constituição, desrespeitando preceitos e expondo outro à humilhação e à fragilização. Essa sobreposição coloca em xeque os princípios que sustentam a democracia e a República.

As instituições não podem ficar à mercê dos humores de um ou outro governo. Aliás, por mais duro e centralizador que seja, é sempre provisório, não lhe sendo dado o direito de afrontar valores permanentes de uma sociedade, como os predicamentos dos magistrados, dentre eles o

da irredutibilidade dos seus vencimentos. Afrontá-los é um grave atentado.

Está na hora de adotarmos, sem hipocrisia, um mecanismo por meio de emenda constitucional, no qual o próprio Judiciário, o STF, aplica o indexador adequado para a recomposição anual dos subsídios, sem depender de projeto de lei, que só deve ser usado em caso de reajustes.

Por meio das associações de magistrados como a AMB, Anamatra, Ajufe, Amajum e as estaduais, a magistratura brasileira precisa e deve se mobilizar para sair desse marasmo e mudar esse estado de coisas. (*) Secretário-geral da AMB e desembargador do TJMG

COLABORADOR

NELSON MISSIAS DE MORAIS

opinion@hojemediainfo.com.br



N.FLORES

Violência. Para agentes, brechas na lei e demora nos julgamentos levam a uma onda de alvarás de soltura

Polícia reclama que prende suspeitos, mas Justiça solta

Sindicato pretende acionar conselhos de Justiça e do Ministério Público

■ LUCIENE CÂMARA

Depoimentos de testemunhas, escutas telefônicas e provas periciais não têm sido suficientes para manter suspeitos de homicídio na cadeia. Delegados e investigadores da Polícia Civil reclamam que a Justiça está soltando presos perigosos, envolvidos com mortes, tráfico de drogas e outros crimes. Segundo eles, a demora na realização dos julgamentos e as brechas na lei levam a uma "onda de alvarás de soltura" e à impunidade.

Só em Belo Horizonte, há 15.958 processos de homicídio em andamento, nas mãos de apenas quatro juízes, o que dá uma média de 3.900 processos por magistrado. Além disso, por mês, chegam aos tribunais cerca de 230 casos. Em Santa Luzia, na região metropolitana, dos 72 suspeitos de assassinato presos em 2011, todos foram soltos pela Justiça meses depois, segundo o titular da Delegacia de Homicídios, Christiano Xavier. Ele chegou a elaborar um dossiê sobre a situação e estima que, hoje, ao menos 400 processos de homicídio estejam à espera de julgamento.

No material, o delegado cita a operação Walisson,

Amagis afirma que juízes seguem a lei

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, defende que os juízes não soltam os presos para agilizar o trabalho ou por desmerecer o trabalho da polícia, mas sim porque a Constituição garante o princípio da liberdade e porque a prisão preventiva só é dada em algumas situações, como quando o preso é perigoso ou está dificultando a investigação.

O sociólogo Robson Sávio alerta ainda para outro lado, o de que muitos presos são soltos porque os inquiridos não são bem feitos. "Com a polícia precária e um número grande de inquiridos, muitas vezes não há materialidade e indícios contundentes. Aí não há prisão". (LC)

realizada há dois anos, que prendeu nove integrantes de uma quadrilha de traficantes, alguns envolvidos em assassinatos. Mesmo com escutas telefônicas e "provas robustas", eles foram soltos meses depois e teriam voltado a praticar roubos e homicídios.

"Esse ritmo de impunidade se estende até agora. Há três anos venho pedindo providências e soluções, mas ninguém faz nada. Enquanto isso, os bandidos saem da cadeia matando testemunhas", afir-

"Quanto maior a precariedade do município, maior a impunidade. Presos por homicídio são soltos em todos os lugares. Há casos no Norte de Minas, como em Janaúba e Januária, e na região metropolitana, como em Ribeirão das Neves."

Denilson Martins
PRESIDENTE DO SINDICATO

"O juiz, em vez de pensar na sociedade, pensa no sistema prisional, que está lotado, e deixa os homicidas soltos"

Investigador

mou Xavier. Segundo ele, desde 2009, há uma média de dois júris de homicídio por ano em Santa Luzia.

Em Sabará, também na região metropolitana da capital, a delegacia regional informou que recebe uma média de oito alvarás de soltura por plantão.

Em Bocaiuva, no Norte de Minas, outro investigador relatou que 28 pessoas foram presas no mês passado em uma operação de combate ao tráfico. "Tinha gente indiciada por ordenar a morte de membros de fac-

ções rivais", contou. Segundo ele, as prisões foram feitas por ordem da Justiça, embasadas em escutas telefônicas e testemunhas. Meios de um mês depois, todos já estão em liberdade. "Em decorrência da soltura, já ocorreram duas tentativas de homicídio na cidade. Eles matam quem tentou denunciar", disse o policial.

A situação se repete em Montes Claros, na mesma região. Dos 123 homicídios ocorridos em 2012, a maioria ficou sem punição. "A população já percebeu a inércia, e os criminosos têm andado com a arma em punho na rua", contou o investigador Emerson Mota Rocha.

O Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais (Sindpol/MG) informou que vai entrar com uma representação nos conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público (MPMG). "Estamos falando de homicídios, que teriam condições de ficar presos, mas acabam se beneficiando com recursos", declarou o presidente, Denilson Martins.

Censurado

Proibição. Após fazer as denúncias, o delegado Christiano Xavier foi proibido de dar entrevista pelo chefe da Divisão de Crimes contra a Vida (DCCV), Wagner Pinto, alegando que "o assunto já está esgotado".

Pág. 24

TJMG vai ganhar 98 novos magistrados para reduzir déficit

Amagis afirma que o número é insuficiente diante da enorme quantidade de processos

Ana Flávia Gusson
gusson@hojermdu.com.br

O Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) vai dar posse, no próximo dia 5, a 98 novos juízes. Com isso, o número de magistrados que atuam na primeira instância sobe para 976, índice ainda considerado insuficiente por representantes do Judiciário.

Só em 2012 a primeira instância recebeu 1,2 milhão de novas ações judiciais e realizou 1 milhão julgamentos, segundo dados disponibilizados pelo TJ. Apesar do volume, o Judiciário mineiro alcançou 84% da meta prevista para o ano passado e apresentada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para o presidente da

NÚMERO

976

JUÍZES NA 1ª INSTÂNCIA

passa ter o quadro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) com a posse dos 98 novos magistrados prevista para acontecer no mês de fevereiro.

Associação Mineira de Magistrados (Amagis), Hebert Carneiro, o baixo orçamento é o principal motivo da morosidade da Justiça.

"Esse número de novos juízes não é o ideal. Para que tudo corresse bem, precisaríamos de pelo menos 200 ou 300 novas vagas. Para isso acontecer o TJ precisaria abrir pelo menos dois concursos por

ano, mas não há verba", declarou o magistrado.

De acordo com ele, em reunião realizada na quinta-feira junto ao presidente da Corte Joaquim Herculan, ficou definido que Minas precisa, ainda, de um concurso por ano para servidores.

O governo de Minas é o responsável por encaminhar ao Legislativo a proposta orçamentária do Tribunal de Justiça.

PROJETO DE LEI

Um projeto de lei com a nova organização do Tribunal será encaminhado à Assembleia Legislativa entre maio e junho. A partir dele serão criadas novas vagas, comarcas e, como explicou Carneiro, irá dar possibilidade aos magistrados de discutir o aumento de vagas.

Segundo ele, as comarcas em pior situação são as de Santa Luzia, Vespasiano, região Metropolitana de BH, e Ipatinga, no Vale do Aço.

O TJ destaca que 103 candidatos a juízes estão em fase eliminatória para assumir as vagas. O número pode mudar em caso de morte ou aposentadoria de titulares. •

Ataque em tribunal de Itaúna expõe insegurança nos fóruns

• Associação dos Magistrados volta a pedir instalação de câmeras e detectores de metais

Ernesto Braga

ernea@hojodeminas.com.br

A falta de segurança nos fóruns de Minas, colocando em risco a integridade de juizes, demais servidores e pessoas atendidas pela Justiça, fez com que a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) voltasse a cobrar a instalação de equipamentos, como detectores de metais e câmeras de monitoramento nos prédios do Judiciário.

O último registro de violência foi no fórum de Itaúna, na região Centro-Oeste. Inconformado com o término do relacionamento, um homem de 32 anos atacou a mulher dele, de 36, a facadas, na terça-feira. Eles aguardavam uma audiência com o juiz Ivan Pacheco de Castro, referente à Lei Maria da Penha.

"A falta de segurança nos fóruns é tanta que o agressor não esperou para atacar a vítima em outro local. Se ela tivesse morrido, seria a desmoralização completa do Judiciário mineiro", afirma o presidente da Amagis, desembargador Herbert

Carneiro. A mulher foi hospitalizada e liberada e o homem está preso.

Segundo o desembargador, o fórum de Itaúna sequer conta com vigilantes armados. "Essa é a situação de 70% dos fóruns das 296 comarcas de Minas". Ele cita os prédios de Contagem e Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como exemplos dos mais vulneráveis. "Eles têm grande volume de processos e movimentação de pessoas, mas estão em condições precaríssimas".

PROJETO

Por meio de nota, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lamentou o ocorrido em Itaúna e informou que "desenvolve projeto para instalação de câmeras de vigilância, sensores de presença, controle de acessos, detectores de metal e monitoramento de ambientes nas 296 comarcas".

A previsão é a de que os equipamentos comecem a ser instalados no primeiro semestre deste ano. •



VIOLÊNCIA—Homem esfaqueou mulher enquanto esperava por audiência de conciliação no fórum de Itaúna

TJMG informou que um projeto prevê a instalação de equipamentos neste ano

NÚMERO

296

COMARCAS

de Minas necessitam de reforço no aparato de segurança. Em 70%, os vigilantes não trabalham armados

SAIBA MAIS

57 juizes ameaçados em Minas

Em 2012, 57 juizes foram ameaçados em Minas, segundo o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro. "Dos que sofreram ameaça, 21 atuam na área criminal. Muitos ainda andam com escolta", diz. Na semana passada, o juiz Vitor Luis de Almeida, da 1ª Vara Criminal de Janaúba, no Norte de Minas, teve a casa atacada pela terceira vez. Os criminosos levaram um notebook e documentos, inclusive de sentenças judiciais.